

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.747 - SP (2018/0289251-4)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : ASSOCIACAO DOS FUNC APOSENTADOS DO BANCO DO EST SP
ADVOGADO : DALMIRO FRANCISCO E OUTRO(S) - SP102024
AGRAVADO : S R W ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADOS : SOLANGE CARDOSO ALVES - SP122663
RUBENS ANTONIO ALVES E OUTRO(S) - SP181294
INTERES. : CÉLIO RODRIGUES PEREIRA - ESPÓLIO
INTERES. : PAULO ROBERTO DE SOUSA E SILVA SCHIFF
INTERES. : TERESA CRISTINA RACIOPPI SCHIFF
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PRAZO PARA OPOSIÇÃO. TEMPESTIVIDADE. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. Embargos de terceiro.
2. Os embargos de terceiro podem ser opostos até o quinto dia após a arrematação ou adjudicação do bem - desde que antes de assinada a carta -, se o terceiro tinha conhecimento da execução. Precedentes.
3. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.
4. Agravo conhecido. Recurso especial conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por ASSOCIACAO DOS FUNC APOSENTADOS DO BANCO DO EST SP, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 20/06/2018.

Concluso ao gabinete em: 28/11/2018.

Ação: embargos de terceiro opostos por S R W ENGENHARIA E COMERCIO LTDA, em desfavor da agravante, em decorrência de constrição de bem de sua propriedade, em ação indenizatória, em fase de execução, em que são partes a agravante/embargada e CÉLIO RODRIGUES PEREIRA -

ESPÓLIO.

Sentença: julgou procedentes os embargos de terceiro.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS DE TERCEIRO Prazo Contagem Fluência do lapso depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas antes da assinatura da respectiva carta Oposição sem que, no entanto, tenha se efetivado nenhum ato de constrição sobre o bem Tempestividade Inteligência do art. 1.048 do CPC/1973, vigência à época Recurso improvido.

Recurso especial: alega violação do art. 1.048 do CPC/73, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que o termo inicial para a oposição de embargos de terceiro é a data da ciência inequívoca dos atos constritivos.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/15.

- Do prazo para oposição dos embargos de terceiro - Das Súmulas 83 e 568 do STJ

O Tribunal de origem, ao julgar tempestivos os embargos de terceiro, se alinhou ao entendimento desta Corte, consolidada no sentido de que os embargos de terceiro podem ser opostos até o quinto dia após a arrematação ou adjudicação do bem - desde que antes de assinada a carta -, se o terceiro tinha conhecimento da execução (REsp 1.548.882/SP, 3ª Turma, DJe de 11/12/2015; AgRg no REsp 1.504.959/SP, 3ª Turma, DJe 02/02/2016 e AgRg no AREsp 389.222/RJ, 4ª Turma, DJe de 03/02/2014).

Logo, o recurso especial não merece provimento, com base nas Súmulas 83 e 568 do STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo, e com fundamento no art. 932, IV, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do

recurso especial e NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da causa (e-STJ fl. 296) para 12%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora